



# CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

Aos 03 (três) dias do mês de julho de 2023, às 08:00 horas, deu-se início a 14ª Reunião de Comissão, com a participação das Comissões de Legislação, Justiça e Redação, Finanças, Orçamentos e Tomadas de Contas e de Transporte e Obras Públicas. Os Vereadores presentes foram Alessandro de Almeida Nardy, Eliana Maria Nunes, Erivelton Rodrigues da Silva, Manoel Carlos de Souza Abbud, Ronicelson de Andrade Pereira e Valdelei Rodrigues da Silva. Estiveram presentes também a assessora jurídica e a contadora da Câmara Municipal, Sras. Ana Clara Cirilo de Paula e Kelly Fonseca dos Santos, respectivamente. Foram deliberados os PLO nº 21/2023, que "Define critérios para a utilização obrigatória dos equipamentos de segurança para crianças no transporte de veículos de passeio do município de Bom Jardim de Minas e dá outras providências" e suas 02 emendas; e Proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 02/2023, que "Altera os parágrafos 1º e 3º da Lei Orgânica do Município de Bom Jardim de Minas – MG incluindo o § 1º-A no mesmo dispositivo, nos termos da Emenda Constitucional nº 100, de 26 de junho de 2019 e da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022" e suas 02 emendas. A assessora jurídica do Legislativo explicou o teor das emendas ao PLO 21/2023, onde foi apurado que não há a necessidade de uso de cadeirinhas no transporte de crianças em ônibus escolares e veículos com peso bruto total superior a 3,5 toneladas. Nesse sentido, as emendas discorriam a respeito da obrigatoriedade apenas no transporte em carros de passeio do município e nos que prestem serviço ao município. Outra emenda dispõe sobre a obrigatoriedade de os motoristas informar aos passageiros sobre a obrigatoriedade do uso de cinto de segurança em todos os transportes. Desse modo, o PLO nº 21/2023 e suas emendas foram aprovados sem ressalvas. Em relação a Proposta de Emenda à LOM, a assessora elucidou a dúvida a respeito das emendas de bancada, onde apontou que 50% do valor das emendas de bancada deverá ser destinado à saúde. Assim, a proposta foi aprovada, com duas emendas que apenas corrigiam erros de redação. Aproveitando a oportunidade, a assessora jurídica e a contadora informaram à Comissão de Finanças que não seria feita emenda na LDO tirando o prazo para que o Executivo apresente impedimentos de ordem técnica para cumprimento das emendas parlamentares e explicaram a motivação legal para tal.



Michel Rodrigue  
 Manuel Elblud  
 Menezes de Azevedo Verin  
 Luis L  
 Imunes  
 Valeria Rodrigues da Silva  
 Moray